

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA E OS EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Fábia Pereira Romão
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
binharomao@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 está marcado na história pela pandemia de Covid-19¹. Quando esta teve início não era possível mensurar a proporção das mudanças provocadas na vida das pessoas em âmbito mundial, que mudou a dinâmica das ações e relações humanas uns com os outros e com o espaço. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), a principal medida para controlar a disseminação do vírus recomendada é o isolamento social, com o fim de reduzir a mobilidade e aglomerações de pessoas nos locais.

Em meio a tantas crises no campo político, econômico e social que o Brasil já vinha passando, foi sobretudo a pandemia de Covid-19 que provocou um dos piores momentos no século XXI. Os efeitos e consequências da pandemia se agudizam no caso da realidade brasileira diante dos procedimentos, ações e políticas emanadas pelo Estado no enfrentamento da crise sanitária. A suspensão das aulas no país e as decisões do governo para a condução da educação no país impactam e colocam desafios quanto ao direito à vida e à educação nos diversos níveis de ensino.

O objetivo deste estudo é analisar, no atual contexto de pandemia, as políticas públicas de educação que direta ou indiretamente afetam o direito da criança pequena ao cuidado e à educação. Discutir a temática possibilita mover reflexões sobre o processo de (re)configuração da educação das crianças pequenas em meio a uma política neoliberal no país.

Metodologicamente, o estudo será pautado na análise das políticas públicas emanadas pelo Estado no atual contexto de pandemia e estudos bibliográficos concernentes ao tema. A partir da abordagem do contexto político e social atual, apresento brevemente a postura e as condutas do governo brasileiro frente à crise vivenciada. No segundo momento, discuto as medidas e orientações educacionais

¹ De acordo com OPAS e OMS, doença respiratória causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Em março de 2020, foi caracterizada como uma pandemia devido à grande distribuição geográfica atingida.

instadas no período mencionado, apoiada em referenciais bibliográficos de artigos, periódicos e manifestos que vêm movimentando os debates na pauta da educação infantil.

CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

A compreensão do contexto político, econômico e social que o Brasil vivia antes da pandemia permite entender os caminhos e decisões governamentais vivenciadas no contexto atual, ao constatarmos que a crise no campo da educação não tem relação somente com a pandemia, afinal “o país vinha com um acirramento das políticas de austeridade fiscal e duros cortes nos investimentos e políticas sociais, desde o golpe parlamentar-jurídico midiático aplicado no governo da presidenta Dilma Rousseff (PT).” (SANTOS; CORREIA, 2021, p. 199).

Alessi *et al* (2020) discorre que o governo federal insiste em desqualificar a ciência no que se refere às medidas de prevenção e tratamento da Covid-19 em prol de uma economia que beneficia a poucos, mantém a exploração da classe trabalhadora e acaba naturalizando o genocídio por Covid-19. Nesse contexto, pensar em termos de uma política da vida ou da morte, requer situá-la dentro do neoliberalismo e como o governo minimiza o estado em termos das políticas sociais e o maximiza para os lucros privados, retirando da esfera pública a responsabilidade sobre os investimentos nas áreas sociais (SANTOS; SILVA, 2020).

Temos ouvido muito que “todos estamos no mesmo barco”, que o vírus atinge a todos sem distinção de classe social. Há um grande equívoco nessas falas, pois o que a pandemia deixa mais evidente é a estrutura dos privilégios restritos a um grupo de pessoas e classista do país. Justamente por isso essa doença afeta, sobretudo, os mais pobres, indicando que há determinados grupos que vivem em contextos de exclusão e, portanto, mais expostos a se contaminar e a enfrentar de forma mais turbulenta os desafios que advêm da Covid-19.

EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde o início da pandemia, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), publicou diversas medidas, portarias, pareceres e decretos, na tentativa de propor a oferta de educação via remota na “garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem”. Após essas deliberações,

estudiosos da educação infantil, fóruns e associações se posicionaram contrapondo visto a desconsideração do Estado com a complexidade do momento, dos processos educacionais, das redes de ensino e da própria sociedade brasileira. Saviani (2020) aponta que o ensino por meios digitais demanda disponibilização dos equipamentos tecnológicos e grande parte das crianças não têm acesso de qualidade ao meio virtual. Isso gera uma série de consequências, como a exclusão de milhares de estudantes, a precarização e a intensificação do trabalho de docentes e demais servidores das instituições escolares.

O direito da criança à educação infantil é complementar ao direito social e, dessa forma, possibilita a ampliação do entendimento sobre sua finalidade a partir da compreensão de que as instituições oferecem a educação pedagógica e o cuidado às crianças pequenas, ao mesmo tempo em que proporciona um ambiente de proteção e segurança para os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras. Se a educação é um dever de Estado, este tem obrigações e responsabilidade de efetivá-las em articulação com os poderes constituídos tanto quanto da colaboração de outros sujeitos implicados nessas obrigações, e por isso é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições. (CURY, 2008). A ANPEd (2020) posiciona que governo federal e o MEC não coordenaram as políticas educacionais em articulação com os entes federados e corroboram com uma política reducionista do setor educacional, ao desconsiderar o Plano Nacional de Educação de 2014. As ações propostas contradizem uma coordenação das políticas educacionais, fazendo apenas algumas recomendações, sem aprofundar questões estruturais, como concepção, gestão e financiamento da educação.

ALGUMAS REFLEXÕES

A postura do governo atual remete o descaso com o povo brasileiro e deixam evidentes as graves consequências para aqueles que mais padecem de condições necessárias à sobrevivência. Não obstante o contexto depreciado pela crise política, econômica e social, a pandemia ressaltou e impôs um momento de desafios e instabilidades à educação brasileira, especialmente para a criança pequena. A inércia do poder público federal no combate à crise sanitária nos encaminha para retrocessos de concepções e conquistas, cultura e das práticas pedagógicas.

A educação infantil é impactada de tal forma que ainda não podemos mensurar as consequências a médio e longo prazos, pois ainda estamos vivenciando a pandemia com o retorno gradual às aulas presenciais. Pode-se constatar que as deliberações do poder público colocam em risco a garantia do direito ao cuidado e à educação, o que requer ampla discussão e proposição de políticas articuladas entre os entes federados com diversos agentes da sociedade. A proposta para a educação infantil não pode ser designada a terceiros sem que haja uma intencionalidade, assim como não deve ser improvisada ou reduzida a simples atividades conteudistas, mediadas pela tecnologia sob uma máscara de inovação.

REFERÊNCIAS

ALESSI, S. M. *et al.* A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES, n. 67, p. 8-21, jan. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Educação à distância na educação infantil, não!** Rio de Janeiro, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao>

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Histórico da pandemia de COVID-19**. Folha informativa sobre COVID-19, 26 jul. 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, n. 67, p. 36-46, jan. 2021.

SANTOS, J. B.; CORREIA, M. A. A. Políticas públicas de educação infantil em contexto de pandemia: considerações a partir da realidade de Brasil e Itália. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 175-194, jan./jan. 2021.

SANTOS, M. H.; SILVA, R. G. Perspectivas sobre o presente: educação, governamentalidade e políticas de produção de vidas precárias. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 74-98, jul./dez. 2020.